

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE
SANEAMENTO - COMPESA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2018

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Recife-PE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia") em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2017

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2017 foram revisadas por outro auditor que, em seu relatório, datado de 12 de maio de 2017, emitiu conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias, sem modificação.

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recife, 15 de maio de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 – S - PE

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	161.020	141.854	Empréstimos e financiamentos	12	39.353	40.433
Contas a receber de clientes	5	543.489	547.337	Fornecedores	13	120.769	127.771
Estoques	6	52.077	43.681	Debêntures	14	51.328	51.353
Ativo fiscal corrente	7	53.841	47.299	Depósitos e retenções contratuais		2.581	2.564
Convênios e outros investimentos		14.821	13.445	Passivo fiscal - corrente	15	26.588	27.658
Outros créditos a receber	9	14.287	11.592	Passivo fiscal - diferido	15	9.789	8.756
Despesas antecipadas		1.480	1.630	Consignações a recolher		4.148	4.785
Total do ativo circulante		841.015	806.838	Salários e encargos sociais a pagar	16	62.951	54.521
				Juros sobre capital próprio a pagar		304	84.258
				Outras contas a pagar	17	27.326	28.365
Não circulante				Total do passivo circulante		345.137	430.464
Contas a receber de clientes	5	30.029	31.009				
Ativo fiscal diferido	7	883	883	Não circulante			
Convênios e outros investimentos	8	113.092	106.787	Empréstimos e financiamentos	12	138.871	148.605
Depósitos judiciais		91.694	89.544	Debêntures	14	132.185	141.199
Investimentos		689	644	Provisão para perdas em processos judiciais	18	65.701	61.643
Imobilizado	10	41.563	101.696	Passivo fiscal - corrente	15	53	105
Intangível	11	5.700.237	5.537.505	Passivo fiscal - diferido	15	31.466	30.660
Total do ativo não circulante		5.978.187	5.868.068	Outras contas a pagar	17	763.940	655.816
				Benefício a empregados		164.339	164.339
				Total do passivo não circulante		1.296.555	1.202.367
				Total do passivo		1.641.692	1.632.831
				Patrimônio líquido	19		
				Capital social		4.000.000	4.000.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital		948.230	864.022
				Ajustes de avaliação patrimonial		(16.370)	(16.414)
				Reservas de Lucros		194.467	194.467
				Lucros acumulados		51.183	-
				Total do patrimônio líquido		5.177.510	5.042.075
Total do ativo		6.819.202	6.674.906	Total do passivo e patrimônio líquido		6.819.202	6.674.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
	Nota		
Receita operacional líquida	20	464.228	470.346
Custo dos serviços prestados	21	<u>(301.946)</u>	<u>(353.564)</u>
Lucro bruto		162.282	116.782
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	22	(62.112)	(36.917)
Administrativas	23	(30.568)	(29.957)
Tributárias		(4.521)	(4.138)
Honorários da administração		(304)	(494)
Outras receitas (despesas), líquidas	24	<u>6.562</u>	<u>31.049</u>
		<u>(90.943)</u>	<u>(40.457)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>71.339</u>	<u>76.325</u>
Receitas financeiras	25	11.515	11.146
Despesas financeiras	25	<u>(23.228)</u>	<u>(25.254)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	25	<u>(11.713)</u>	<u>(14.108)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>59.626</u>	<u>62.217</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	15	(7.637)	(1.631)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido		(806)	(2.113)
Lucro líquido do período		<u>51.183</u>	<u>58.473</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		<u>0,46</u>	<u>0,63</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Lucro líquido do período	51.183	58.473
Resultados abrangentes		
Variação líquida do valor justo de investimentos	44	23
Resultado abrangente total	<u>51.227</u>	<u>58.496</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas				Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingências	Reserva p/ dividendos adicionais		
Saldo em 01 de janeiro de 2017	4.000.000	407.777	(9.628)	4.774	9.548	81.147	-	(10.513)	4.483.105
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	126.253	-	-	-	-	-	-	126.253
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	23	-	-	-	-	-	23
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	58.473	58.473
Ajuste na constituição das reservas	-	-	-	2.004	4.007	(6.011)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	<u>4.000.000</u>	<u>534.030</u>	<u>(9.605)</u>	<u>6.778</u>	<u>13.555</u>	<u>75.136</u>	<u>-</u>	<u>47.960</u>	<u>4.667.854</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2018	4.000.000	864.022	(16.414)	15.935	31.870	-	146.662	-	5.042.075
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	84.208	-	-	-	-	-	-	84.208
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	44	-	-	-	-	-	44
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	51.183	51.183
Saldo em 31 de março de 2018	<u>4.000.000</u>	<u>948.230</u>	<u>(16.370)</u>	<u>15.935</u>	<u>31.870</u>	<u>-</u>	<u>146.662</u>	<u>51.183</u>	<u>5.177.510</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	51.183	58.473
Ajustes por:		
Depreciação	(9.537)	(7.881)
Amortização	9.347	12.022
Variação monetárias	2.229	4.883
Resultado do ativo imobilizado baixado	(277)	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(671)	(454)
Perdas por baixa de clientes	48.165	(16.305)
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	4.658	3.425
Tributos Diferidos	807	-
Ajuste de estoque	-	364
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(8.964)	(8.723)
	<u>96.940</u>	<u>45.804</u>
Variações patrimoniais		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(42.666)	2.880
Estoques	(8.396)	(7.113)
Tributos a recuperar e diferidos	(6.543)	(2.453)
Créditos de convênios	(1.376)	(4.666)
Outros créditos a receber	(2.695)	(2.827)
Despesa antecipada	150	(6)
Depósitos judiciais	(2.150)	(3.265)
Fornecedores	(7.002)	35.718
Depósitos e retenções contratuais	17	(5)
Tributos a recolher	10.706	11.000
Consignações a recolher	(637)	(713)
Salários e encargos sociais a pagar	8.430	12.162
Outras contas a pagar	(1.871)	(30.960)
Provisões para contingências	(600)	(45)
	<u>42.307</u>	<u>55.511</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Outros Investimentos - aplicações financeiras	(6.305)	(2.194)
Ativo Imobilizado	(97.205)	(12.731)
Ativos Intangível	17.437	(120.022)
	<u>(86.073)</u>	<u>(134.947)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	4.386	5.479
Amortização de empréstimos e financiamentos	(10.616)	(9.611)
Emissão de debêntures não conversíveis	3.412	5.735
Amortização de debêntures	(10.468)	(9.417)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(7.990)	(6.183)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	84.208	126.253
	<u>62.932</u>	<u>112.256</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>19.166</u>	<u>32.820</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	141.854	99.721
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>161.020</u>	<u>132.541</u>
	<u>19.166</u>	<u>32.820</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos valores adicionados

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Receitas		
Água, esgoto e serviços	404.134	362.783
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.494)	(15.851)
Cancelamento	(4.301)	(8.833)
Outros	6.312	30.823
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(21.248)	(19.619)
Energia	(41.257)	(36.872)
Serviços de terceiros	(64.615)	(59.746)
Outros	(10.720)	(9.496)
Valor adicionado bruto	220.811	243.189
Retenções		
Depreciação e amortização	190	(4.141)
Valor adicionado líquido produzido	221.001	239.048
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	11.515	11.146
Aluguéis	250	226
Valor adicionado total a distribuir	232.766	250.420
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	72.181	69.653
Remuneração direta	46.408	44.488
Benefícios	21.923	21.875
FGTS	3.850	3.290
Tributos	86.002	96.807
Federais	83.118	94.388
Estaduais	2.140	1.904
Municipais	744	515
Remuneração de capitais de terceiros	23.400	25.487
Juros	23.228	25.254
Aluguéis	172	233
Remuneração de capitais próprios	51.183	58.473
Resultados retidos	51.183	58.473
Total distribuído	232.766	250.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Trimestre Findo em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa ("Companhia") é uma Sociedade de Economia Mista de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco, com sede à Av. Cruz Cabugá, nº 1.387, Santo Amaro, Recife, Pernambuco. A Companhia tem por objeto social, por outorga do Estado de Pernambuco e delegação de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, regulada pela ARPE - Agência Reguladora de Pernambuco, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia, também, colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis do trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias - CPC 21 (R1).

As demonstrações contábeis intermediárias foram autorizadas pela Administração em 15 de maio de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os investimentos são mensurados pelo valor justo;
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e de perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.



2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 10 - Imobilizado (Expectativa de vida útil remanescente);

Nota 11 - Intangível (Valor recuperável do ativo, Contratos de concessão, Amortização e capitalização dos custos dos empréstimos);

Nota 15 - Passivo fiscal - corrente e diferido (reconhecimento, mensuração e expectativa de realização dos impostos diferidos);

Nota 18 - Provisão para perdas em processos judiciais (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

Nota 20 - Reconhecimento de receita (Operação e construção - mensuração e classificação da receita);

Nota 27 - Riscos e questões ambientais (avaliação e estimativas de provisão para perdas).

3 Principais práticas contábeis

Estas informações intermediárias foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, portanto, para melhor compreensão, essas Demonstrações Contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis daquela data.



4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos bancários vinculados	23.165	41.547
Aplicações financeiras	<u>137.855</u>	<u>100.307</u>
	<u><u>161.020</u></u>	<u><u>141.854</u></u>

Composição das aplicações financeiras:

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos bancários vinculados - CDI	99% a 67% a.a.	64.259	66.568
Aplicações financeiras - CDB	97% a 55% a.a.	<u>73.596</u>	<u>33.739</u>
		<u><u>137.855</u></u>	<u><u>100.307</u></u>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias que correspondem a 79,00% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI (79,40% em 2017). Em 31 de março de 2018, o saldo de aplicações financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Uma análise sobre os riscos de crédito e mercado está apresentada na Nota Explicativa nº 29.3 e 29.5.



5 Contas a receber de clientes

	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Particulares	1.120.752	-	1.120.752	1.111.252	-	1.111.252
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(676.434)	-	(676.434)	(644.760)	-	(644.760)
Órgãos públicos	83.367	-	83.367	72.992	-	72.992
Outros Créditos (a)	(17.254)	-	(17.254)	(26.016)	-	(26.016)
	<u>510.431</u>	<u>-</u>	<u>510.431</u>	<u>513.468</u>	<u>-</u>	<u>513.468</u>
Parcelamentos (b)	29.559	20.518	50.077	29.738	21.369	51.107
Financiamentos (c)	3.499	9.511	13.010	4.131	9.640	13.771
	<u>33.058</u>	<u>30.029</u>	<u>63.087</u>	<u>33.869</u>	<u>31.009</u>	<u>64.878</u>
	<u>543.489</u>	<u>30.029</u>	<u>573.518</u>	<u>547.337</u>	<u>31.009</u>	<u>578.346</u>

- (a) Refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados e arrecadação a discriminar.
- (b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso.
- (c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa e/ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

	31/03/2018	31/12/2017
A vencer:		
Faturas de água e esgotos	178.800	144.572
Parcelamentos (a)	50.077	51.107
Financiamentos (b)	13.011	13.771
	<u>241.887</u>	<u>209.451</u>
Até 30 dias	51.881	72.733
De 31 a 60 dias	26.840	27.066
De 61 a 90 dias	18.435	19.100
Mais de 90 dias	234.473	249.996
	<u>331.630</u>	<u>368.895</u>
Total do circulante e não circulante	<u>573.518</u>	<u>578.346</u>



	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:		
Saldo inicial	644.760	618.905
Recuperação de PCLD	(22.257)	(105.005)
Perda do exercício	54.601	132.094
Provisão para perda	3.510	20.520
Reversão da PCLD	(4.180)	(21.754)
	<u>676.434</u>	<u>644.760</u>
Saldo final	<u><u>676.434</u></u>	<u><u>644.760</u></u>

5.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa do grupo contas a receber é calculada tendo como base a expectativa de perda efetiva, para os clientes particulares e públicos, inclusive sendo baixada quando atingido o prazo prescricional (10 anos). Considera-se para alguns clientes públicos um baixo risco de perdas, em virtude da compensação dos atrasos nas faturas em serviços, sendo estas ressarcidas via serviços de pavimentação de rua, mediante convênios assinados com as prefeituras.

Leva-se em consideração o prazo decorrido por tipo de cliente e valor da fatura para análise individualizada, que considera o histórico e expectativa futura dos consumidores inadimplentes.

5.2 Restrições contratuais

Foram dados em garantia de empréstimos, direitos creditórios, debêntures, conforme segue:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa Econômica Federal I	1.494	1.557
Caixa Econômica Federal II	3.422	3.888
Banco do Nordeste do Brasil	1.715	1.715
Banco do Brasil	2.100	2.100
BNDES	41.103	40.093
Debêntures III	5.791	6.162
FIDC	8.056	8.313
	<u>63.681</u>	<u>63.828</u>
Saldo final	<u><u>63.681</u></u>	<u><u>63.828</u></u>



6 Estoques

	31/03/2018	31/12/2017
Material de operação e manutenção	33.348	34.151
Material de tratamento químico (a)	15.488	9.307
Outros materiais	3.241	223
	<u>52.077</u>	<u>43.681</u>

(a) Material de tratamento químico recebido pelas unidades de tratamento que tiveram seu processamento pelas centrais de distribuição após a confirmação das entregas e recebimento das notas.

7 Ativo fiscal - corrente e diferido

	31/03/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Corrente				
Imposto de renda a recuperar	21.249	-	20.678	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	24.521	-	17.340	-
COFINS a recuperar	5.546	-	6.480	-
PIS a recuperar	1.474	-	1.666	-
INSS a recuperar	737	-	738	-
Outros	314	-	397	-
	<u>53.841</u>	<u>-</u>	<u>47.299</u>	<u>-</u>
Diferido				
IRPJ diferido	-	-	-	-
CSLL diferido	-	883	-	883
	<u>-</u>	<u>883</u>	<u>-</u>	<u>883</u>
	<u>53.841</u>	<u>883</u>	<u>47.299</u>	<u>883</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são decorrentes dos ajustes de provisão atuarial, incidentes sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).



8 Convênios e outros investimentos

8.1 Não circulante - Outros investimentos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos bancários - Conta convênio	186	189
Aplicações financeiras - Convênio (i)	11	16
Aplicações financeiras - Garantia banco (ii)	19.837	13.598
Títulos e valores mobiliários (iii)	12.476	12.402
	<u>32.510</u>	<u>26.205</u>
Convênios Federais	2.155	2.155
Convênios Estaduais	5.405	5.405
Convênios Municipais	73.022	73.022
	<u>80.582</u>	<u>80.582</u>
	<u>113.092</u>	<u>106.787</u>

- (i) Refere-se à aplicação de verba recebida de convênios passivos vinculados a aplicações financeiras.
- (ii) Decorre de reserva oferecida como garantia de debêntures.
- (iii) Refere-se ao investimento da Companhia em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - COMPESA, conforme cláusula contratual.

Os contratos Federais, Estaduais e Municipais são decorrentes de convênios de cooperação técnica em saneamento básico, sendo celebrados com os seguintes municípios e órgão estaduais:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Federais	<u>2.155</u>	<u>2.155</u>
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
Estaduais	<u>5.405</u>	<u>5.405</u>
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	602	602
Municipais	<u>73.022</u>	<u>73.022</u>
Prefeitura do Recife - SANEAR (a)	69.072	69.072
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Prefeitura de Caruaru	437	437
Outros	226	226
	<u>80.582</u>	<u>80.582</u>





(a) Prefeitura do Recife - SANEAR

Entre os exercícios de 2010 a 2012, foram realizadas prestações de contas do Convênio SANEAR, o qual tinha por objeto a execução de obras relacionadas com a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário. Contudo, quando da aceitação da obra pela equipe da Companhia, esta identificou a necessidade de adequações técnicas. Até a presente data, não houve uma solução para este assunto, contudo a Administração da Companhia nomeou uma equipe de trabalho para solucionar o impasse. A equipe da COMPESA solicitou adequações ao SANEAR e está aguardando a realização destas. Em 2016, houve liberação de repasse ao SANEAR no montante de R\$ 2.671. Em 2017 não houve repasse de recursos.

9 Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores e adiantamento para 13º salário aos empregados da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamentos a fornecedores	8.871	9.088
Adiantamento 13º salário	1.208	-
Adiantamento participações empregados	3.339	1.671
Outros	869	833
	<u>14.287</u>	<u>11.592</u>





10 Imobilizado

10.1 Composição

	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	28.352	(12.131)	16.221	24.438	(10.738)	13.700
Computadores e periféricos	21.258	(14.992)	6.266	20.436	(14.183)	6.253
Telefonia e comunicação	1.864	(1.123)	741	1.155	(827)	328
Material hidráulico	8	(11)	(3)	17	(11)	6
Ferramentas de manutenção	181	(121)	60	116	(87)	29
Bens de segurança	147	(102)	45	105	(85)	20
Eletrodoméstico	1.055	(656)	399	1.096	(605)	491
Móveis e utensílios	6.591	(3.861)	2.730	5.662	(3.432)	2.230
Veículos	5.976	(5.660)	316	8.404	(5.610)	2.794
Edificações	15.136	(4.870)	10.266	59	(14)	45
Terrenos	3.982	-	3.982	3.982	-	3.982
Bens sem tombamento	146	-	146	146	-	146
Almoxarifado em expansão	37.217	-	37.217	33.377	-	33.377
Almoxarifado Imob. Automação	8.554	-	8.554	7.866	-	7.866
Migração Ativo Fixo/Saldo	-	(45.479)	(45.479)	75.908	(45.479)	30.429
Outros	102	-	102	-	-	-
Total	130.569	(89.006)	41.563	182.767	(81.071)	101.696



10.2 Movimentação do custo do imobilizado

	31/03/2018					31/12/2017				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Custo:										
Máquinas, aparelhos e equipamentos	24.438	33.773	(29.925)	66	28.352	20.104	5	(8)	4.337	24.438
Computadores e periféricos	20.436	33.092	(32.330)	60	21.258	19.155	75	(113)	1.319	20.436
Telefonia e comunicação	1.155	1.985	(1.276)	-	1.864	1.151	5	(1)	-	1.155
Material hidráulico	17	17	(26)	-	8	17	-	-	-	17
Ferramentas de manutenção	116	189	(124)	-	181	95	-	-	21	116
Bens de segurança	105	247	(205)	-	147	105	-	-	-	105
Eletrodoméstico	1.096	1.708	(1.749)	-	1.055	915	13	(1)	169	1.096
Móveis e utensílios	5.662	10.047	(9.119)	1	6.591	4.573	28	(12)	1.073	5.662
Veículos	8.404	26.734	(29.162)	-	5.976	10.138	-	(3.244)	1.510	8.404
Edificações	59	15.136	(59)	-	15.136	59	-	-	-	59
Terrenos	3.982	-	-	-	3.982	3.970	12	-	-	3.982
Bens sem tombamento	146	-	-	-	146	-	-	-	146	146
Bens de uso geral	-	-	-	-	-	75.914	-	-	(75.914)	-
Migração de Ativo Fixo/ Saldo	33.377	5.243	(650)	(753)	37.217	16.228	38.207	(1.767)	(19.291)	33.377
Almoxarifado em expansão	7.866	688	-	-	8.554	2.477	5.389	-	-	7.866
Almoxarifado Imob. Automação	75.908	1.342.871	(1.418.779)	-	-	-	-	-	75.908	75.908
Outros	-	102	-	-	102	-	-	-	-	-
Total do custo	182.767	1.471.832	(1.523.404)	(626)	130.569	154.901	43.734	(5.146)	(10.722)	182.767



10.3 Movimentação da Depreciação

	Taxas (a.a. %)	31/03/2018					31/12/2017				
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(10.738)	(1.393)	-	-	(12.131)	(8.619)	(2.119)	-	-	(10.738)
Computadores e periféricos	20	(14.183)	(809)	-	-	(14.992)	(11.794)	(2.389)	-	-	(14.183)
Telefonia e comunicação	20	(827)	(296)	-	-	(1.123)	(659)	(168)	-	-	(827)
Material hidráulico	20	(11)	-	-	-	(11)	(9)	(2)	-	-	(11)
Ferramentas de manutenção	20	(87)	(34)	-	-	(121)	(70)	(17)	-	-	(87)
Bens de segurança	10	(85)	(17)	-	-	(102)	(77)	(8)	-	-	(85)
Eletrodoméstico	10	(605)	(51)	-	-	(656)	(527)	(78)	-	-	(605)
Móveis e utensílios	10	(3.432)	(429)	-	-	(3.861)	(3.164)	(268)	-	-	(3.432)
Veículos	20	(5.610)	(50)	-	-	(5.660)	(7.589)	(1.126)	3.105	-	(5.610)
Edificações	4	(14)	(4.856)	-	-	(4.870)	(11)	(3)	-	-	(14)
Bens de uso geral	3	-	-	-	-	-	(45.480)	-	1	45.479	-
Migração de Ativo Fixo/Saldo		(45.479)	-	-	-	(45.479)	-	-	-	(45.479)	(45.479)
Total		(81.071)	(7.935)	-	-	(89.006)	(77.999)	(6.178)	3.106	-	(81.071)



11 Intangível

11.1 Composição

	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Contratos de concessões	5.706.528	(670.812)	5.035.716	5.574.474	(668.301)	4.906.173
Contratos de concessões - PPP	631.488	-	631.488	598.328	-	598.328
Direitos de uso de softwares	36.655	(3.622)	33.033	36.467	(3.463)	33.004
	<u>6.374.671</u>	<u>(674.434)</u>	<u>5.700.237</u>	<u>6.209.269</u>	<u>(671.764)</u>	<u>5.537.505</u>

Contratos de concessões - PPP

A COMPESA e a Odebrecht Ambiental, sociedade de propósito específico, assinaram em 15 de fevereiro de 2013, o contrato da Parceria Público-Privada para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 10 anos, cuja operação iniciou em julho de 2013. Em 25 de abril de 2017, foi alterado o controle indireto da Odebrecht Ambiental, onde a Odebrecht S.A. alienou a totalidade de sua participação indireta da Odebrecht Ambiental para a Brookfield Asset Management, Inc. ("Brookfield"), através da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), nova holding detentora dos ativos nos setores de saneamento e utilidades até então detidos pela Odebrecht Ambiental S.A., passando assim a ser a nova controladora indireta da Odebrecht Ambiental. Em consequência foi alterado a razão social da ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. para BRK AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. Foi alterado o controlador indireto e a denominação social, sem qualquer impacto na prestação dos serviços objeto do CONTRATO.



Garantias

Não há bens oferecidos em garantia de execução em processos judiciais.

Compromissos contratuais

De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia; esta se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços.



11.2 Movimentação

	Taxa de amortização % a.a.	31/03/2018				31/12/2017			
		Saldo inicial	Adições	Transferência	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transferência	Saldo final
Contratos de concessões									
Custo		5.574.474	2.851.381	(2.719.327)	5.706.528	5.131.723	446.855	(4.104)	5.574.474
Amortização	2	(668.301)	(361.646)	359.135	(670.812)	(620.515)	(47.786)	-	(668.301)
		<u>4.906.173</u>	<u>2.489.735</u>	<u>(2.360.192)</u>	<u>5.035.716</u>	<u>4.511.208</u>	<u>399.069</u>	<u>(4.104)</u>	<u>4.906.173</u>
Contratos de concessões - PPP									
Custo		598.328	33.160	-	631.488	464.010	134.318	-	598.328
Amortização		-	-	-	-	-	-	-	-
		<u>598.328</u>	<u>33.160</u>	<u>-</u>	<u>631.488</u>	<u>464.010</u>	<u>134.318</u>	<u>-</u>	<u>598.328</u>
Softwares e direitos de uso									
Custo		36.467	188	-	36.655	33.460	3.007	-	36.467
Amortização	10	(3.463)	(159)	-	(3.622)	(2.669)	(794)	-	(3.463)
		<u>33.004</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>33.033</u>	<u>30.791</u>	<u>2.213</u>	<u>-</u>	<u>33.004</u>
		<u>5.537.505</u>	<u>2.522.924</u>	<u>(2.360.192)</u>	<u>5.700.237</u>	<u>5.006.009</u>	<u>535.600</u>	<u>(4.104)</u>	<u>5.537.505</u>

12 Empréstimos e financiamentos

	31/03/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco do Brasil - FIDC (a)	15.000	83.750	15.000	87.500
Caixa Econômica Federal - Financ (b)	-	-	521	-
Caixa Econômica Federal (c)	6.250	-	8.333	-
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (d)	4.604	11.509	4.604	12.660
Caixa Econômica Federal - CEF (e)	9.333	7.778	10.308	10.112
Banco do Brasil	4.166	35.834	1.667	38.333
	<u>39.353</u>	<u>138.871</u>	<u>40.433</u>	<u>148.605</u>

- (a) A Companhia captou recursos por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através do Banco do Brasil - Investimentos (Coordenador). O FIDC Compesa possui como característica básica a cessão dos direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus de titularidade da COMPESA, oriundos da prestação de serviços de saneamento básico a seus usuários.

O fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em maio de 2022. A primeira emissão foi em maio de 2015 com prazo de amortização de 96 meses, incluídos 6 meses de carência, a amortização iniciou em novembro de 2015. Será remunerado à taxa de CDI + 2,85% a.a.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 31 de março de 2018 é de R\$ 111.336 (R\$ 115.018 em 2017), composto por cotas seniores detidas por terceiros, investidor institucional, que totalizam R\$ 98.856 (R\$ 102.616 em 2017) e por cotas subordinadas adquiridas pela Companhia que perfazem R\$ 12.532 (R\$ 12.432 em 2017), que representa 11% do patrimônio do Fundo. A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.

O Balanço Patrimonial, referente ao exercício de 31 de março de 2018, do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), segue representado abaixo:



ATIVO			PASSIVO		
Circulante e Realizável a Longo Prazo	31/03/2018	31/12/2017	Circulante e Exigível a Longo Prazo	31/03/2018	31/12/2017
Disponibilidades	11	13	Provisão para Pgts a Efetuar	30	19
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.532	12.432	Valores a Pagar a Sociedade Administradora	37	38
Operações de Crédito	98.856	102.616	Patrimônio Líquido	111.336	115.018
Outros Valores e Bens	-	12	Capital Social	107.302	111.052
Compensação	4	2	Lucros (Prejuízos) Acumulados	4.034	3.966
Total Geral do Ativo	111.403	115.075	Total Geral do Passivo	111.403	115.075

Fonte: Site CVM (Comissão Valores Mobiliários) - Adaptado em milhares

- (b) Refere-se a contratos de financiamento para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes sofrem atualizações monetárias com base na Taxa Referencial de Juros (TR) com zero de variação no trimestre findo em 31 de março de 2017 (0,57% em 31 de dezembro de 2017), mais juros que variam de 5% a 8% a.a. A taxa de risco é de 1% a.a. sobre os saldos dos contratos, e os prazos de amortizações findam em 2018. Não existem em 30 de setembro de 2017 parcelas de amortização em atraso. Os financiamentos estão garantidos por recebíveis de clientes em 200% da parcela mensal.
- (c) Refere-se a empréstimo para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 6 de julho de 2012, foi assinado contrato de renegociação da dívida, tendo o novo contrato com vencimento em 6 de julho de 2016, incidência de juros remunerados à Taxa de 100% CDI CETIP + 0,30% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização iniciou em 6 de agosto de 2014. O valor contratado foi de R\$ 25.000, sendo R\$ 11.000 destinados ao capital de giro e R\$ 14.000 para investimentos. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes.
- (d) Refere-se a contrato de financiamento para aplicação em saneamento básico, referente ao Projeto de Loteamento Turístico das Praias do Paiva e Itapuama no município do Cabo de Santo Agostinho. Possui carência de três anos com pagamento de juros trimestral, amortização a partir de 21 de outubro de 2012 e vencimento em 21 de setembro de 2021 (108 meses) e taxa efetiva de juros de 10,00% a.a. Foi oferecida como garantia cessão de vinculação de recebíveis no montante correspondente a duas parcelas (principal + juros) e como fundo de liquidez o valor de três parcelas. Adicionalmente, a Companhia deverá manter seguro de cobertura para conclusão de obras. O total do investimento no projeto será de R\$ 53.923, sendo R\$ 10.785 com utilização de recursos próprios e R\$ 43.138 oriundos do programa FNE-PROINFRA via BNB. Até a data de 31 de dezembro de 2016, foram liberados recursos no montante de R\$ 21.348.
- (e) Em 28 de janeiro de 2016 foi assinado contrato para atender o capital de giro da empresa, tendo o novo contrato vencimento em 28 de janeiro de 2020, incidência de juros remunerados à taxa de 100% CDI CETIP + 0,40% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A



amortização foi iniciada em março de 2017. O valor contratado foi de R\$ 28.000. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes.

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/03/2018	31/12/2017
2019	34.203	43.937
2020	42.882	42.882
2021	43.453	43.453
2022 em diante	18.333	18.333
	<u>138.871</u>	<u>148.605</u>

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível, anteriormente classificado como imobilizado) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

13 Fornecedores

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais (a)	23.931	18.199
Prestadores de serviços (b)	46.147	52.399
Empreiteiros de obras (c)	14.016	12.473
Fornecedor de energia elétrica	27.501	31.643
Outros	9.174	13.057
	<u>120.769</u>	<u>127.771</u>

- (a) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e a implantação da Adutora do Agreste.
- (b) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a Odebrecht Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação.
- (c) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.



14 Debêntures

Contrato	Taxas	31/03/2018			31/12/2017		
		Quantidade	Circulante	Não circulante	Quantidade	Circulante	Não circulante
Debêntures I							
07.211.101/017	TJLP +2,44 a.a.	118	890	890	118	889	1.111
07.211.101/025	TJLP +2,44 a.a.	73	551	551	73	550	688
07.211.101/033	TJLP +2,44 a.a.	140	1.056	1.056	140	1.055	1.319
07.211.101/041	TJLP +2,44 a.a.	149	1.124	1.124	149	1.122	1.404
07.211.101/050	TJLP +2,44 a.a.	304	2.294	2.294	304	2.290	2.863
07.211.101/068	TJLP +2,44 a.a.	91	687	687	91	686	857
07.211.101/076	TJLP +2,44 a.a.	125	960	960	125	958	1.198
		<u>1.000</u>	<u>7.562</u>	<u>7.562</u>	<u>1.000</u>	<u>7.550</u>	<u>9.440</u>
Debêntures II							
11.200.491/011	TJLP +2,51 a.a.	3.000	6.295	13.117	3.000	6.285	14.670
11.200.491/038	TJLP +2,51 a.a.	1.100	8.393	17.489	1.100	8.381	19.560
11.600.051/027	9,78%aa+IPCA	3.000	9.406	31.721	3.000	9.465	30.315
		<u>7.100</u>	<u>24.094</u>	<u>62.327</u>	<u>7.100</u>	<u>24.131</u>	<u>64.545</u>
Debêntures III							
CT.PS.16.3.001	CETIP	10.000	19.672	62.296	10.000	19.672	67.214
		<u>10.000</u>	<u>19.672</u>	<u>62.296</u>	<u>10.000</u>	<u>19.672</u>	<u>67.214</u>
		<u>18.100</u>	<u>51.328</u>	<u>132.185</u>	<u>18.100</u>	<u>51.353</u>	<u>141.199</u>

14.1 Debêntures I

Em 3 de março de 2008, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o contrato de subscrição particular de emissão de 1.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações. Em 15 de fevereiro de 2008, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 69.211. O BNDES adquiriu a totalidade das debêntures.

Os referidos títulos são atualizados pela TJLP, mais juros de 2,44% a.a. O prazo de subscrição integral foi até 15 de agosto de 2010. Esta teve carência para pagamento até 15 de setembro de 2010.

O contrato estabelece o total de 114 prestações mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 do mês subsequente ao prazo de término da carência e o vencimento final dar-se-á em 15 de março de 2020. As debêntures estão garantidas por recebíveis de clientes e conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à maior prestação de amortização do principal e acessório da dívida decorrente das debêntures. A conta reserva corresponde a uma aplicação financeira em conta corrente não movimentável pela Companhia em títulos do Tesouro Nacional, em fundos por eles lastreados ou, ainda, em títulos de emissão do próprio banco.



Os títulos foram emitidos com os seguintes objetivos:

- (i) Estruturação e modernização da gestão dos escritórios locais;
- (ii) Implantação de um sistema de gestão empresarial (ERP);
- (iii) Implantação do sistema de informação, supervisão e controle em tempo real (SIGA);
- (iv) Instalação e substituição de hidrômetros; e
- (v) Melhoria da gestão de suprimentos.

14.2 Debêntures II

Em 17 de maio de 2011, a Companhia celebrou novo contrato de promessa de subscrição (10.000 debêntures simples e nominativas), sendo a primeira série de colocação do BNDES, a segunda de colocação do BNDESPAR e a terceira do BNDES, no valor total de R\$ 144.000 para serem investidos em seu desenvolvimento institucional e operacional, bem como na implantação, ampliação e modernização dos seus sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas de concessão. Sobre o principal incidem juros de 2,51% acrescidos da TJLP. Como garantias, foram oferecidos direitos creditórios ou direitos emergentes de contratos de programas e de concessão celebrados com os municípios de Recife e Olinda, direitos creditórios detidos na conta Reserva, conta vinculada e na conta pagamento IPCA ao BNDES. As debêntures têm prazo de carência de 36 meses a contar da data de emissão, e suas formas de amortização variam em decorrência das séries de emissão. Foram subscritas apenas 7.100 debêntures desta emissão com vencimento da última parcela em abril de 2021.

14.3 Debêntures III

Em 4 de janeiro de 2016, a Companhia firmou contrato com o banco Santander de emissão pública. Em 31 de maio de 2016 foram emitidas 10.000 debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000. Sobre o principal renderão juros correspondentes a acumulação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros). O contrato estabelece um prazo de 72 meses, sendo 12 meses de carência a contar da data de emissão. Logo, a amortização do saldo devedor iniciou em maio de 2017 e o vencimento da última parcela é em abril de 2021.

14.4 Cláusulas restritivas

Os debenturistas podem declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na ocorrência dos seguintes principais eventos:

- Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;
- Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento; e
- Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Governo do Estado).





Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em decorrência da operação de debêntures contratada no BNDES, a Companhia encontra-se impedida de efetuar, sem a anuência da instituição financeira, a alienação de bens vinculados à concessão (classificados no intangível) em valor acima de R\$ 50.000, bem como deverá manter índices econômico-financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices implica a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado das debêntures.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

14.5 Cronograma de vencimento

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Companhia:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	40.953	51.870
2020	45.865	46.399
2021	37.168	34.731
2022	8.199	8.199
	<u>132.185</u>	<u>141.199</u>



15 Passivo fiscal corrente e diferido

	31/03/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos próprios				
Corrente:				
COFINS e PIS	192	-	8.114	-
CSLL	14.974	-	7.337	-
Outros tributos a recolher	2	-	1	-
Parcelamento - Outros	40	53	-	105
	<u>15.208</u>	<u>53</u>	<u>15.452</u>	<u>105</u>
Tributos retidos de terceiros				
Corrente:				
IRRF	1.470	-	2.575	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	1.095	-	1.139	-
ISS	6.611	-	6.540	-
INSS	2.204	-	1.914	-
Outros tributos a recolher	-	-	38	-
	<u>11.380</u>	<u>-</u>	<u>12.206</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal - corrente	<u>26.588</u>	<u>53</u>	<u>27.658</u>	<u>105</u>
Tributos próprios				
Diferido:				
PIS	1.746	-	1.562	-
COFINS	8.043	-	7.194	-
IRPJ	-	-	-	-
CSLL	-	31.466	-	30.660
CSLL AAP	-	-	-	-
Passivo fiscal - diferido	<u>9.789</u>	<u>31.466</u>	<u>8.756</u>	<u>30.660</u>
	<u>36.377</u>	<u>31.519</u>	<u>36.414</u>	<u>30.765</u>

15.1 Passivo fiscal - corrente

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS) e em 31 de março de 2018 totalizaram R\$ 192 (R\$ 8.114 em 2017).

ISS retido a recolher

A Companhia reteve, sobre o valor a pagar a terceiros, valores referentes ao Imposto Sobre Serviços (ISS) que, em 31 de março de 2018, totalizaram R\$ 6.611 (R\$ 6.540 em 2017).



15.2 Passivo fiscal - diferido

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS), pelo regime de competência, sobre diferenças de bases fiscais de faturamento a órgãos governamentais, as quais são tributáveis quando as faturas são liquidadas. Essas diferenças são contabilizadas em PIS a recolher - diferido e COFINS a recolher - diferido.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando a receita ou a despesa estão incluídas no lucro contábil do exercício, mas estão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em exercício diferente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

16 Salários e encargos sociais a pagar

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para 13º salário	4.815	-
Participação no resultado (a)	7.319	7.319
Provisão para férias	20.535	20.325
INSS a recolher	5.060	5.154
Salários a pagar	9.242	8.957
FGTS a recolher	1.162	1.704
Valores a pagar COMPESAPREV	1.084	1.624
Valores a pagar COMPESASAÚDE	3.256	3.051
SESI/SENAI a recolher	377	384
Vale Alimentação	6.000	3.216
Rescisões	919	809
Outros	3.182	1.978
	<u>62.951</u>	<u>54.521</u>



(a) A participação nos resultados será paga aos funcionários no mês de Junho/2018.

17 Outras contas a pagar

	31/03/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Confissão de dívida com COMPESAPREV (17.1)	10.858	31.149	10.786	32.907
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE (17.2)	283	485	286	583
Prefeitura de Petrolina (17.3)	1.057	512	1.057	512
Convênios Estaduais e Federais (17.4)	-	1.668	-	4.882
Convênios CODEVASF (17.4)	-	90.541	-	85.497
Ressarcimento a terceiros (17.5)	14.286	-	15.395	-
Parceria Público-Privada - PPP (17.6)	-	631.488	-	598.328
Recuperação CBOS - PPP (17.6)	-	(125.588)	-	(116.624)
Crédito Governo do Estado (17.7)	-	133.653	-	49.699
Outros	842	32	841	32
	<u>27.326</u>	<u>763.940</u>	<u>28.365</u>	<u>655.816</u>

17.1 Confissões de dívida com COMPESAPREV

Em 7 de julho de 2005, a COMPESA e a COMPESAPREV - Fundação COMPESA de Previdência e Assistência, tendo como interveniente o Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE, celebraram instrumento particular de retificação da confissão da dívida na qual a Companhia se comprometeu a pagar as dívidas da seguinte forma:

Dívida 2 - Vencimento a partir do prazo de julho de 2006 em 195 prestações mensais e consecutivas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos juros remuneratórios calculados pela Tabela Price de amortização a 7% ao ano sobre o saldo devedor. O saldo em 31 de março 2018 totalizou R\$ 42.007 (R\$ 43.693 em 31/12/2017), restando 54 parcelas. A dívida será quitada em setembro de 2022.

	Saldo inicial 31/12/2017	Encargos	Amortização	Saldo final 31/03/2018
Confissão de dívida com COMPESAPREV	<u>43.693</u>	<u>290</u>	<u>1.976</u>	<u>42.007</u>



17.2 Confissões de dívida com COMPESASAÚDE

Em 22 de maio de 2009, foi assinado o instrumento de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação COMPESA de Previdência e Assistência e a Companhia Pernambucana de Saneamento. Neste documento, a COMPESA assume a dívida no valor de R\$ 2.800, que deverá ser atualizado e corrigido.

O saldo devedor em 31 de março de 2018 é de R\$ 768 (R\$ 869 em 31 de dezembro de 2017).

A dívida é referente aos passivos dos tributos PIS e COFINS do assistencial (COMPESASAÚDE) para o previdencial da COMPESAPREV relativo ao período entre maio de 2001 e setembro de 2007.

No instrumento foi negociado o parcelamento de dívida em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price com juros reais equivalentes a 6% ao ano, atualizados mensalmente pelo indexador monetário considerado na meta atuarial (INPC + 5,5%) ao ano, sendo a primeira prestação com vencimento em 1º de fevereiro de 2010 e a última em dezembro de 2019.

	Saldo inicial 31/12/2017	Encargos	Amortização	Saldo final 31/03/2018
Confissão de dívida com COMPESASAUDE	869	18	119	768

17.3 Prefeitura de Petrolina

Em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 por conta da prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto pela COMPESA à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 24 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.



17.4 Convênios (Estaduais e Federais)

Órgãos Estaduais

Porto de Suape

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia celebrou com o Porto de Suape convênio para execução e planejamento, visando à elaboração de estudos ambientais para projeto básico e estudos necessários para construção de sistema produtor de recursos hídricos, no valor de R\$ 2.013. Tal convênio tem vigência de 480 dias, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas. No exercício de 2016 não houve desembolso.

Órgãos Federais

DER

Em 5 de dezembro de 2002, a Companhia celebrou com o DER convênio para cooperação técnica para implantação da reserva ecológica de Gurjaú e reflorestamento de 100 ha da faixa do entorno do reservatório da barragem de Tapacurá, no valor de R\$ 582. Tal convênio tem vigência de seis anos, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas.

Ministério do Turismo

Em 30 de junho de 2006, foi celebrado convênio, por meio do Ministério do Turismo, para implantação do Projeto Melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, ação elegível e integrante do PRODETRUR II, programa parcialmente financiado com recurso do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. O montante total do convênio foi de R\$ 4.085, sendo R\$ 453 com recursos da COMPESA e o restante com recursos do poder concedente (Ministério do Turismo), os quais foram integralmente aportados até a presente data. Como não foram cumpridas as formalidades necessárias para a realização da Prestação de Contas conforme estabelecido no convênio, o montante de R\$ 3.539 e os correspondentes rendimentos de aplicações financeiras vêm sendo mantidos no passivo não circulante.

Ministério da Integração Nacional

Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado de Pernambuco, convênio para a implantação, operação e manutenção da infraestrutura de abastecimento de água de comunidades rurais localizadas em Pernambuco, ao longo dos canais do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF. Tal convênio tem vigência de 720 dias a contar da assinatura e valor total de R\$ 41.133.



SENAI

Em janeiro de 1984, a Companhia celebrou com o SENAI convênio para cooperação técnica para realização de programas de desenvolvimento dos funcionários. Tal convênio tem vigência até dezembro de 1984. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de ainda existirem pendências de prestação de contas.

CODEVASF

Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução em julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 65.000, valor recebido até 31 de dezembro de 2014.

17.5 Ressarcimento a terceiros

O saldo apresentado nessa rubrica corresponde a valores recebidos de clientes classificados como recebimentos em duplicidade. Estes valores ficam registrados na contabilidade por um período de 5 anos, até que o cliente faça a solicitação de devolução ou de compensação. Após 5 anos, a Companhia reconhece esses valores como receitas financeiras. A partir de setembro de 2016, a companhia passou a devolver na fatura do mês subsequente, em créditos, os valores pagos em duplicidade, de acordo com a Resolução N° 85 de 08/10/2013.

17.6 Parceria Público-Privada (PPP)

O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela Odebrecht Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da COMPESA. (Nota Explicativa nº 11.1). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos a Odebrecht Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referente à contraprestação básica da operação do sistema CBOS, durante o período da concessão previsto para 35 anos.

17.7 Crédito Governo do Estado

Os valores apresentados nessa rubrica tratam-se de créditos a pagar, provenientes de juros sobre o capital próprio (JSCP) de anos anteriores, ao acionista majoritário, o Governo do Estado de Pernambuco. Esses créditos não possuem prazo de vencimento e foram constituídos para registrar a remuneração do capital do sócio majoritário.



18 Provisão para perdas em processos judiciais

	31/03/2018	31/12/2017
Ações trabalhistas	23.156	23.042
Ações cíveis/tributárias	42.545	38.601
	<u>65.701</u>	<u>61.643</u>

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para perdas em processos judiciais:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	20.149	25.885	46.034
Constituição de Provisões	4.299	14.016	18.315
Reversão de provisões	(1.406)	(1.300)	(2.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>23.042</u>	<u>38.601</u>	<u>61.643</u>
Constituição de provisões	329	3.944	4.273
Reversão de provisões	(215)	-	(215)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>23.156</u>	<u>42.545</u>	<u>65.701</u>

A Companhia efetua o ajuste da provisão de contencioso de acordo com relatórios do jurídico e os pagamentos efetuados são lançados diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 4.658 (R\$ 3.174 no mesmo período de 2017).

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 91.694 (R\$ 89.544 em 2017).

19 Patrimônio Líquido

19.1 Capital social

Neste trimestre, não houve alteração no capital social da Companhia.

O Capital Autorizado da Companhia passou de R\$ 4.000.000 para R\$ 6.000.000 conforme AGOE datada de 30 de abril de 2015. O capital integralizado da Companhia



é de R\$ 4.000.000 representado por 110.546.002 ações ordinárias e 77.467 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

No exercício de 2017, houve alteração na quantidade de ações ordinárias do capital social da Companhia.

Foi realizado um trabalho referente ao cálculo do valor patrimonial da ação pela empresa RBO Consultores e Auditores no qual a quantidade das ações da Cia foi modificada de 92.252.303 para 110.623.469.

Foi recebido adiantamento do Governo do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 84.208 (R\$ 456.245 em 2017) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto aprovados pela lei de orçamentaria anual - LOA estadual 2017. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no exercício o montante de R\$ 948.230 (R\$ 864.022 em 2017).

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros

19.2 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Movimentação	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial de adiantamento	864.022	407.777
Quantidade de ações	21.484	9.404
Adiantamento no período (*)	84.208	456.245
Quantidade de ações	2.203	12.080
Saldo final de adiantamentos	948.230	864.022
Quantidade de ações	23.687	21.484

(*) referem-se aos créditos recebidos do governo por meio de empenhos no montante de R\$ 84.208 no período (R\$ 456.245 em 31 de dezembro de 2017).



20 Receita operacional líquida

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	314.791	278.744
Serviços de esgotamento sanitário	89.343	84.039
Serviços de construção	101.467	149.706
	<u>505.601</u>	<u>512.489</u>
Deduções da receita		
COFINS e PIS	(37.072)	(33.310)
Cancelamentos	(4.301)	(8.833)
	<u>(41.373)</u>	<u>(42.143)</u>
	<u><u>464.228</u></u>	<u><u>470.346</u></u>

21 Custos dos serviços prestados

	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	(65.437)	(62.291)
Energia elétrica	(36.273)	(33.410)
Serviços de terceiros	(69.793)	(78.034)
Materiais	(5.516)	(6.974)
Produtos químicos	(13.523)	(10.955)
Depreciação e amortização	(9.319)	(11.691)
Despesas gerais	(618)	(503)
Custo de construção (*)	(101.467)	(149.706)
	<u>(301.946)</u>	<u>(353.564)</u>

(*)Em atendimento ao CPC 17 - Contratos de Construção, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2018 e 2017, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.



22 Despesas comerciais

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Pessoal	(4.241)	(4.093)
Serviços de terceiros	(9.806)	(16.199)
Materiais	(26)	(55)
Depreciação e amortização	(493)	(630)
Despesas gerais	(51)	(89)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e perdas com clientes (a)	(47.495)	(15.851)
	<u>(62.112)</u>	<u>(36.917)</u>

(a) Atualização dos saldos de perdas ajustados pelos relatórios da comercial.

23 Despesas administrativas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Serviços de terceiros	(14.586)	(14.721)
Pessoal	(15.420)	(14.406)
Despesas gerais	(10.050)	(8.903)
Recuperação de despesas (a)	10.002	8.180
Materiais	(459)	(56)
Energia elétrica	(55)	(51)
	<u>(30.568)</u>	<u>(29.957)</u>

(a) Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre depreciação de bens do ativo imobilizado com direito a crédito.



24 Outras receitas (despesas), líquidas

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas de aluguéis	250	226
Receitas de imobilizado	277	22.600
Ajustes - inventários físicos	-	(364)
Taxa de administração de recebíveis	39	27
Multa impontualidade	982	3.163
Recuperação de despesas	-	265
Outras receitas e despesas operacionais	5.014	5.132
	<u>6.562</u>	<u>31.049</u>

25 Receitas e despesas financeiras, líquida

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas de venda		
Receita financeira de clientes (a)	8.760	7.031
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	2.722	4.138
Outras receitas financeiras	33	(23)
	<u>11.515</u>	<u>11.146</u>
Despesas		
Descontos concedidos	(12.140)	(7.132)
Encargos e atualização monetária de empréstimos, financiamentos e confissões d	(11.088)	(18.122)
	<u>(23.228)</u>	<u>(25.254)</u>

- (d) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 1.248 (R\$ 1.369 em 2017), e multa por impontualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 7.512 (R\$ 5.662 em 2017).
- (e) O valor corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2017, para investimentos ainda não realizados. Assim como, de aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.

26 Cobertura de seguros

A Companhia, em face da natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados. A Companhia prevê nos termos de contrato junto aos fornecedores de obras a realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a



terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

27 Riscos e questões ambientais

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Tal política é implementada e monitorada pela Diretoria de Meio Ambiente. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil. A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

28 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas o Governo do Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão entre outros. A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A COMPESA manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Adiantamento para futuro aumento de capital, no qual o governo aportou recursos para aquisição de ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 19.2);
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Serviços de esgotamento sanitário da região metropolitana por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa Odebrecht Ambiental;



31/03/2018

Balço patrimonial			Resultado do perodo
	Passivo circulante (Nota 13b)	Passivo no circulante (Nota 17)	
Parte relacionada			
Odebrecht Ambiental	23.543	631.488	
Odebrecht Ambiental	-	(125.588)	
Parte relacionada			
Odebrecht Ambiental			
Despesa			32.948
Receita com servio de construo (nota 21)			101.467
Custo com servio de construo (nota 22)			(101.467)
Remunerao dos administradores; e			
Participao nos resultados dos administradores;			
			31/03/2018
Controlador			
Governo do Estado de Pernambuco e orgaos estaduais			44.206
Outras partes relacionadas			
Prefeituras e orgaos municipais			31.246



	31/03/2018		31/12/2017	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	51.616	-	40.734	-
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	105.239	9.212	105.332	9.334
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	-	133.653	-	49.699
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	1.057	512	1.057	512

Resultado do exercício - Os saldos credores referem-se à Receita de prestação de serviços de água e esgoto ao Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e Prefeituras e órgãos municipais. Os devedores referem-se a despesas com remuneração dos administradores.

Ativos circulante e não circulante - Decorrem de contas a receber de clientes e créditos de convênios com o Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e ativo financeiro junto com a Odebrecht Ambiental.

Passivos circulante e não circulante - Decorrem de convênios passivos e confissão de dívida com a Prefeitura Municipal de Petrolina e passivo financeiro junto com a Odebrecht Ambiental.

Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravatá, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Altinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbí, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Uma, Betânia, Cabo, Pombos, Maraial, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina,



Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupi, Camutanga, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguarací, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio, Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa. Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

29 Instrumentos financeiros

29.1 Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez

Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas, os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

29.2 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho designou aos diretores da Companhia a responsabilidade pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os diretores reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem o objetivo de desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos



riscos enfrentados pela Companhia. A Presidência da Companhia é assistida no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões especiais de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Presidente.

29.3 Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de um cliente, nos casos do não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (Compesaprev, Compesasaúde e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito).

A Diretoria de Mercado e Atendimento, responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, bem como mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Tais medidas resultaram na redução da inadimplência do recebimento de faturas de clientes, a qual se encontra refletida na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 2015, a Companhia deu prosseguimento às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com o COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a COMPESA, comentado na Nota Explicativa nº 17.1, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008, para fazer em face de este ressarcimento. Com o objetivo de mitigar este risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (COMPESA).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:



Ativos financeiros não derivativos	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	161.020	141.854
Contas a receber de clientes	573.518	578.346
Créditos de convênios	95.403	94.028
Outros créditos a receber	14.287	11.592
	<u>844.228</u>	<u>825.820</u>

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

	31/03/2018	31/12/2017
Não vencidos	512.598	456.925
Vencidos de 0 a 30 dias	51.881	72.733
Vencidos de 31 a 60 dias	26.840	27.066
Vencidos de 61 a 90 dias	18.435	19.100
Vencidos há mais de 90 dias	234.473	249.996
	<u>844.228</u>	<u>825.820</u>

29.4 Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades em que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia na administração desse risco é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações a vencerem, sobre condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, em 2011 a Companhia negociou com o BNDES (Debêntures) a revisão das suas obrigações contratuais, e destina a disponibilidade de recursos em aplicações financeiras que garantam a liquidez imediata e, quando necessário, utiliza recursos financeiros de seu controlador, oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital, mantendo-se essa política para o trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Ademais, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos covenants (vide Nota Explicativa nº14) definidos nos contratos de debêntures junto ao BNDES.

A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:



Passivos financeiros não derivativos	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	178.224	189.038
Fornecedores	120.769	127.771
Outras contas a pagar	791.266	684.181
Consignações a recolher	4.148	4.785
Debêntures	183.513	192.552
	<u>1.277.920</u>	<u>1.198.327</u>

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos bancários	178.224	178.224	18.635	20.718	44.257	94.614	-
Fornecedores	120.769	120.769	60.384	60.385	-	-	-
Outras contas a pagar	791.266	791.266	5.784	5.780	15.929	16.668	747.105
Consignações a recolher	4.148	4.148	4.148	-	-	-	-
Debêntures	183.513	183.513	25.662	25.666	51.434	80.751	-
	<u>1.277.920</u>	<u>1.277.920</u>	<u>114.613</u>	<u>112.549</u>	<u>111.620</u>	<u>192.033</u>	<u>747.105</u>

29.5 Risco de mercado

Divide-se em risco cambial, cuja exposição da Companhia é mínima, e risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (debêntures e empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL) e à Taxa de Referência (TR), e as aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:



	31/03/2018	31/12/2017
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	844.228	825.820
Passivos financeiros	1.277.920	1.198.327
(a)	(433.692)	(372.507)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	157.702	113.921
Passivos financeiros	361.737	381.590
(b)	(204.035)	(267.669)
(a) - (b)	(229.657)	(104.838)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos à taxa variável

	31/03/2018		31/12/2017		31/03/2018		31/12/2017	
	Lucro ou prejuízo		Lucro ou prejuízo		Patrimônio líquido		Patrimônio líquido	
	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos
Ativos financeiros	51.727	(50.639)	147.363	141.307	51.727	(50.639)	147.363	141.307
Passivos financeiros	53.208	(49.158)	157.475	131.195	53.208	(49.158)	157.475	131.195
	(1.480)	(1.480)	(10.112)	10.112	(1.480)	(1.480)	(10.112)	10.112

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos à taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (Outras contas a receber e Créditos - Convênios).



	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros	844.228	844.228	825.820	825.820
Passivos financeiros	1.277.920	1.277.920	1.198.327	1.198.327
(a)	(433.692)	(433.692)	(372.507)	(372.507)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	157.702	157.702	113.921	113.921
Passivos financeiros	361.737	361.737	381.590	381.590
(b)	(204.035)	(204.035)	(267.669)	(267.669)
(a) - (b)	(229.657)	(229.657)	(104.838)	(104.838)

(i) Contratos de concessão

Adicionalmente, a Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as Prefeituras Municipais, que possam ensejar perda da "Concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com o órgão regulador ARPE - Agência de Regulação de Pernambuco.

Os serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência exclusiva dos municípios. Diante do verificado, a prefeitura, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de água tratada e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste, se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/95 art. 42 e alterações posteriores), e objetivando regularizá-lo, deve formular a política pública de saneamento conforme legislação específica. Ainda, o município deverá nomear comissão específica que procederá ao trabalho de levantamento e avaliação necessária à determinação do montante de eventual indenização à concessionária. O levantamento será feito através da apuração dos investimentos realizados, não amortizados pelas tarifas; pela depreciação dos bens que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, ou seja, reversíveis; e pela apuração contábil de todos os recursos auferidos ao longo da concessão pela concessionária em razão da prestação dos serviços.

Nestas condições observamos que, devido ao alto custo de infraestrutura, manutenção e administração das Concessões, aliados à escassez de água em nossa região, estas se tornam menos atrativas para a iniciativa privada. Ademais, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico dos municípios, consideramos como remota a possibilidade de não renovação das concessões.

A Compesa, a cada ano, vem melhorando a oferta de água, assim como a prestação de serviços. Única empresa do ramo no estado, não há indícios de nenhum rompimento com alguma concedente. Além disso, a exploração deste negócio exige o dispêndio de



elevados recursos e conhecimento técnico. O Governo do Estado, através da companhia, tem investido recursos na ampliação e feito melhorias nos sistemas.

(ii) Revisões tarifárias

A ARPE, com base no Decreto Estadual nº 40.256/14 do Governo do Estado de Pernambuco, que altera o Decreto Estadual nº 33.354/2009, implantou a nova política tarifária por meio das resoluções nº 88/14 e nº 89/14, prevendo reajustes anuais através de índice que reflita a evolução de custos da concessionária, com o objetivo de recompor o valor das tarifas diante das variações monetárias. Também, nos mesmos diplomas legais, foi instituída a revisão tarifária quadrienal, a qual compreende a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no art. nº 38 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

Através das notas técnicas Arpe DEF/CT nº 01/2014 e Arpe DEF/CT nº 02/2014, a metodologia tarifária foi efetivamente definida estabelecendo-se, para o período compreendido entre 2014 a 2017, a seguinte fórmula de reajuste anual tarifário:

$IRT = (0,886 \times IPCA + 0,114 \times IGP-M)$, onde o peso histórico das despesas da DEX, atribuídas a energia (11,4%), se vincula ao IGP-M, enquanto as demais DEX (88,6%) estão aderidas ao IPCA.

O reajuste de 7,88% para clientes convencionais e de 5,43% para clientes com tarifa social, autorizado pela ARPE, em 18 de fevereiro de 2017, com fundamento no Decreto nº 40.256/2014, começou a vigorar a partir de 20 de março de 2017. Este visa recompor as tarifas da COMPESA em relação ao efeito da inflação dos últimos 12 (doze) meses e foi impactado pela necessidade de compensar o aumento autorizado pela ANEEL na tarifa de energia elétrica no período, bem como pela necessidade de recompor o déficit tarifário devido ao agravamento da crise hídrica.

29.6 Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do controlador, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia defina como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas.

29.7 Administração do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:



	31/03/2018	31/12/2017
Total do passivo	1.641.692	1.632.831
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	161.020	141.854
Dívida Líquida (A)	1.480.672	1.490.977
Total do patrimônio líquido (C)	5.177.510	5.042.075
Capital ajustado (B)	6.658.182	6.533.052
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B) %	0,22	0,23

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita a exigências externas impostas de capital.

A dívida líquida (A) representa 22% do capital ajustado (B) e 29% sobre o patrimônio líquido (C) da Companhia.

A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos e não efetuou em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

30 Créditos aos acionistas

A Companhia mantém no Passivo Não Circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Governo do Estado de Pernambuco. Tais créditos se referem a Juros sobre Capital Próprio - JSCP de exercícios anteriores aprovados em atas de Assembleia Geral e Ordinária, que totalizaram R\$ 133.653 em 31 de março de 2018 (R\$ 49.699 em 31 de dezembro de 2017), conforme Nota Explicativa nº 17.

31 Evento subsequente

PPI - Programas de Parceria de Investimento

Decorrente da Medida Provisória nº 727/2016, aprovada em 30/08/2016 pela Câmara dos Deputados, criado para ampliar a relação entre estado e iniciativa privada, o PPI vai tornar o modelo de concessões mais eficiente e atrair novos investimentos em projetos de infraestrutura.

A Compesa possui atualmente a maior PPP do Brasil no setor de saneamento. O programa "Cidade Saneada", que tem o objetivo de ampliar a cobertura do esgotamento sanitária da Região Metropolitana. O programa é exitoso e é esse o caminho a ser seguido para ampliar os investimentos no interior do estado, visando a ampliação dos nossos serviços.

Recentemente a Compesa foi incluída no PPI - Programas de Parceria de Investimentos, lançado pelo Governo Federal, que tem o objetivo de apoiar os estados nos estudos





para definição de um modelo a ser adotado para cada um, para ampliar a cobertura de esgotamento sanitário por meio de parcerias privadas.

A Administração da Compesa entende que não será necessário realizar, neste momento, nenhum ajuste em função deste assunto.

Revisão Tarifária

A partir de 12 de maio de 2018, nos moldes do artigo 39 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, as tarifas dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários do Estado de Pernambuco prestados pela Compesa serão reajustadas, com a aplicação do Índice de Reposicionamento Tarifário Provisório no valor de 2,78% (dois inteiros e setenta e oito centésimos por cento) e conforme cálculos abaixo:

$$\text{IRP}_{\text{provisório}} = [(0,886 \times \text{IPCA}) + (0,114 \times \text{IGP-M})]$$

Onde:

$\text{IRP}_{\text{provisório}}$ - Índice de Reposicionamento Tarifário Provisório para a RTO de 2018;

IPCA - Variação do IPCA acumulada no período de 1º de fevereiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, no valor de 3,1843%; e

IGP-M - Variação do IGP-M acumulada no período de 1º de fevereiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, no valor negativo de -0,0382%.

OBS: O Índice de Reposicionamento Tarifário Provisório deverá ser compensado quando do cálculo do Índice de Reposicionamento Tarifário a ser submetido à Audiência Pública, por ocasião da Revisão Tarifária Ordinária.

